

Sagarana: uma má polêmica?

No dia 29 de maio, o semanário carioca "O País" publicou uma matéria sobre Sagarana, colônia agrícola indígena próxima de Guajará-Mirim, em Rondônia, onde vivem cerca de 150 índios. De acordo com a autora da Publicação, Lilian Newlands, os dados da matéria constam num relatório sobre a área elaborado por Mauro de Melo Leonel Jr, antropólogo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP).

O antropólogo, segundo o jornal, levanta sérias acusações sobre a atuação da Diocese de Guajará-Mirim em Sagarana. Na edição anterior do PORANTIM (n.º 89), publicamos uma entrevista com Dom Geraldo Verdier, bispo daquela cidade, onde ele responde a estas acusações. Mauro Leonel, por sua vez, diz que não foi consultado para a publicação do relatório. Para ele, pretende-se criar uma falsa polêmica em torno da questão. Contrapondo o jornal "O País", ele enviou à redação do PORANTIM sua versão sobre o assunto que publicamos na íntegra.



Pakamov: Foto: Paulo Nunes

"Debater Sagarana não deveria ser visto como um sacrilégio. A intolerância é má conselheira. O que ocorre é mais simples: Sagarana é um questão menor dentro do quadro global de assalto às terras indígenas a que assistimos em Rondônia e no País.

A Diocese apenas herdou Sagarana. Dom Geraldo Verdier, bispo de Guajará-Mirim, é um ser humano de primeira grandeza, na tradição de dom Rey, fundador da prelazia e grande defensor dos índios. Testemunhei embates corajosos de dom Geraldo em defesa dos seringueiros da região. A Diocese atua numa situação delicada, nas margens do Mamoré, na fronteira do Brasil com a Bolívia. A presença da Igreja representa um ponto avançado do compromisso com uma sociedade mais justa, em meio a um processo desordenado de colonização predatória, onde as vítimas são os pequenos, da malária, da espoliação e da semi-escravidão.

No relatório citado há elogios ao atendimento médico em Sagarana, de padrão superior ao da Funai e da New Tribes, graças a voluntários dedicados. Lembre-se ainda a inestimável contribuição do Hospital da Diocese que, durante anos, salvou os índios, inclusive das áreas da Funai, por exemplo, com medicamentos contra a malária. O relatório protesta contra a Funai, que dificultava a assistência médica pelos voluntários ligados à Diocese. Protesta contra a manipulação da Funai pela New Tribes na região. Nada disto foi publicado; a não ser trechos truncados sobre Sagarana, parte de uma análise sobre todas as áreas da região fronteira.

Isto posto, não há nada a rever no relatório de 1984, apenas está desatualizado, andava esquecido, e não se entende porque foi desenterrado, nem como Lilian Newlands não consultou o autor para sua divulgação em O País, ignora-se a razão. No mais, agradeço os elogios feitos ao estudo. Os relatórios da equipe de avaliação do Polonoroeste, (FIPE-USP) não são escritos para divulgação. São milhares de páginas, de quinze antropólogos; quem arrumar editor, avise. A equipe vive buscando a imprensa, nem sempre com sucesso. Sempre estiveram à disposição via Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e ABA (Associação Brasileira de Antropologia). O Cimi teve conhecimento deles, inclusive os relativos a Sagarana, assim como a Opan (Operação Anchieta). A equipe manteve conversações convergentes sobre Sagarana e outras áreas com o Cimi e a Opan.

Para o histórico de Sagarana, há três documentos indispensáveis utilizados no relatório: o "Diário e Anotações" (1982), de Frei Roberto da Ordem dos Franciscanos, ou seja, D. Luís Gomes de Arruda; a tese de doutoramento de Bernard Von Graeve, da Universidade de Toronto, "Protective Intervention and Interethnic Relations: a Study

of Domination on The Brazilian Frontier" (1976), e os textos e entrevistas com Omar Landi Santos, que foi responsável por Sagarana durante meses pela Opan. Todas estas fontes viveram anos na área, e foram empasteladas pelos publicistas.

A solução para Sagarana já foi encontrada. Houve, em 1984, alguns meses após o relatório, uma reunião na sede episcopal, a que assisti, com Dom Geraldo, Apoena Meirelles (ex-delegado da 8ª DR Funai); Dídimo Graciano (Chefe da Ajudância da Funai em Guajará-Mirim), José Jaime Mancin (ex-diretor substituto do DPI Funai); Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão (ex-antropóloga chefe da DID - Funai) e Betty Mindlin (coordenadora da Equipe de Avaliação do Polonoroeste FIPE-USP). No encontro ficou acertado que Sagarana seria registrada como domínio indígena inalienável, nos termos do cap. IV, Art. 32 da Lei 6001/73, do Estatuto do Índio, escapando assim da interferência da Funai mas garantidos os direitos indígenas em face do Estado e da Lei.

Os advogados do Cimi e do DPI - Funai acertariam os detalhes, além de um convênio Funai/Diocese, extensível às demais áreas da região, entregues à ação etnocêntrica da New Tribes. Não há notícias do prosseguimento das negociações. Dom Geraldo refere-se a um documento provisório em poder dos índios, ótimo, o que não impede a busca de uma solução definitiva. Há que encaminhar ao Incra/Mirad, Funai e cartórios o registro da Área Sagarana, domínio Indígena.

(...) Mais grave: e mais uma vez asfaltam-se estradas estimulando a colonização, como a BR-429 e a Porto Velho - Rio Branco, sem a necessária proteção às terras indígenas e garantias aos territórios de vários grupos autônomos, sem contato ou demarcação (...). Em Rondônia mesmo, autoridades governamentais, exibindo falsos números, atacam a extensão das terras reivindicadas pelos índios, há pouco tempo senhores absolutos, com os seringueiros das terras do novo estado.

(...) Há uma deliberada tendência do governo em atribuir lotes a índios, restringindo seus direitos contra a Constituição e a vontade democrática da maioria (...). Diante deste quadro, um dos mais dramáticos dos últimos anos, e a ameaça das forças do colonialismo interno da UDR na Constituinte, pergunte-se mais uma vez, a quem interessa a polêmica sobre Sagarana? E lembrai-vos de Erasmo, que, apesar de religioso convicto, jamais pretendeu o monopólio da virtude, e a pregava, também, no respeito às relações de cidadania, embora seculares e heterogêneas. E deixemos afinal aos índios sua própria crença, com suas terras garantidas e protegidas.

Mauro Leonel